

ESTÁGIO DOCENTE: AÇÕES DIALÓGICAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM UMA DISCIPLINA DO BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

LEOPOLDINE RADTKE BERGMANN¹; LOUISE PRADO ALFONSO²

¹Universidade Federal de Pelotas – leopoldineradtke@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – louiseturismo@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A extensão universitária é definida a partir da postura da universidade na sociedade em que atua. Seu escopo é um processo interdisciplinar, educacional, cultural, científico e político, por meio do qual promove a interação, transformando não só a universidade, mas também os setores sociais com o qual interage (FORPROEX, 2012). A Extensão Universitária, conforme destaca o Plano Nacional de Extensão Universitária:

[...] denota também prática acadêmica, a ser desenvolvida, como manda a Constituição de 1988, de forma indissociável com o Ensino e a Pesquisa, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social (FORPROEX, 2012, p. 16).

Em concordância com a definição, o presente trabalho busca analisar as atividades extensionistas desenvolvidas na disciplina de Patrimônio Cultural do Curso de Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas. A disciplina foi espaço de atuação da autora do presente trabalho, em seu estágio docente do Mestrado em Antropologia Social e Cultural, possibilitando uma experiência docente de auxílio no planejamento da disciplina; organização do conteúdo trabalhado e acompanhamento das aulas e das atividades de ação extensionista.

A proposta da disciplina foi promover discussões sobre os conceitos antropológicos e arqueológicos sobre patrimônio cultural através da elaboração de ações de extensão junto ao Programa de Extensão do Bacharelado em Antropologia. Possuindo projetos ativos cuja essência é o desenvolvimento de atividades práticas que contemplam as diretrizes da extensão universitária constantes na Resolução CNE nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Aos/às discentes da disciplina coube a tarefa de participar, com aproveitamento integral, do projeto desse Programa que contemplasse os objetivos da disciplina. Faz-se importante destacar que o Bacharelado em Antropologia foi o primeiro curso a formalizar a integralização da extensão em seu Projeto Pedagógico.

Desta forma, pensando na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, é possível vincular as três esferas, em que o ensino é desenvolvido através do conteúdo da disciplina e do estágio docente; articulado através das propostas de extensão da mesma e respaldado na pesquisa, através da relação dos dados e resultados das ações e discussões em aula na pesquisa de Mestrado da autora.

Os encontros da disciplina foram realizados totalmente em formato remoto, por conta da pandemia da Covid-19. A situação influenciou não somente na dinâmica das aulas em si – que precisaram ser realizadas através de plataformas digitais por alunos, professora e palestrantes convidados – mas também na forma como as atividades e avaliações precisaram ser adaptadas para o ambiente remoto. Atividades que antes eram realizadas por meio de trabalhos manuais ou

discussões por grupos de maneira presencial precisaram ser repensados e adaptados.

O mesmo pôde ser observado em ações gerais de Extensão na Universidade, também imensamente influenciados, levando em conta o seu caráter que parte do contato direto com a comunidade local. Além dos empecilhos e desafios, que incluem a desvalorização da Extensão no país, a pandemia tornou-se uma nova barreira para inúmeros projetos desenvolvidos pela Universidade.

A fim de promover ações de extensão através da própria disciplina no formato remoto, a proposta desenvolvida partiu do convite a inúmeros palestrantes tanto da academia quanto da comunidade geral, para discutir temáticas relevantes para a disciplina. O foco, porém, foi a parceria realizada com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que assumiu – juntamente com o Comitê de Patrimônios – o desafio de realizar “um mapeamento de coleções e objetos etnográficos que estejam sob a guarda de museus, centros culturais e outras iniciativas culturais comunitárias no Brasil” (ABA, 2018). Assim:

Diante da diversidade de objetos e/ou coleções representativos da vida cotidiana e festiva de inúmeros grupos sociais - povos indígenas, grupos afro-brasileiros, imigrantes, além de objetos de arte e cultura popular, entre outros - o principal objetivo do referido mapeamento é congregar informações preliminares gerais [...] para em etapa futura disponibilizá-las em um único local virtual, para acesso e consulta gratuitamente (ABA, 2018).

A iniciativa, contou com a articulação de um conjunto de pesquisadores em instituições parceiras. Dentre elas, a disciplina de Patrimônio Cultural, que abraçou o desafio de realizar o mapeamento de todas as instituições do estado do Rio Grande do Sul como forma de avaliação e atividade extensionista da mesma. Neste trabalho em específico, busco trazer como foco especificamente esse levantamento.

2. METODOLOGIA

O mapeamento das instituições museológicas foi realizado a partir das seguintes etapas:

1ª – A primeira etapa envolveu o envio de e-mails para todas as instituições indicadas pela ABA através de uma listagem disponibilizada pela mesma, que continha o contato da maioria dos museus do estado. O e-mail continha a descrição e objetivo da ação, além de um Ofício redigido pela própria ABA, em anexo, a fim de explicar a ação e solicitar a participação das instituições museológicas.

2ª – No segundo momento, as respostas aos e-mails eram encaminhadas aos alunos e alunas (que ficaram responsáveis por três instituições de sua escolha, cada um). Nos casos em que não houve retorno, os alunos (as) buscaram outras formas de contato, através do meio digital (como sites, redes sociais, etc), ou telefone.

3ª – Depois do primeiro contato bem sucedido do (a) profissional responsável pelo museu (ou alguém que houvesse tido algum contato com o mesmo e que pudesse fornecer algumas informações), foram agendadas entrevistas por chamada de vídeo ou ligação. Em último caso, as informações eram coletadas via site da instituição ou outro meio digital.

4ª – Após a entrevista, foram preenchidas fichas disponibilizadas pela própria ABA, que continham questões simples a respeito do histórico da

instituição; tipo de instituição (se pública ou privada); informações para contato atualizadas (e-mail, telefone, endereço e redes sociais); tipo de acervo e espaço de sugestão para possíveis parcerias que poderiam beneficiar os museus.

Após a realização dessas etapas, as fichas foram entregues e foi elaborado um texto pelos alunos, em que dissertassem sobre o processo de levantamento da ação e sua relação com temas abordados em aula.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da ação foi possível compreender as demandas destas instituições museológicas e sua relação com as políticas de salvaguarda. Em muitos dos casos, constatou-se que as mesmas estavam fechadas permanentemente durante a pandemia e sem qualquer supervisão. Notou-se que por conta dos processos administrativos e de trocas de gestão municipais, esses museus acabam recebendo maior atenção ou não, dos órgãos públicos, dependendo do interesse e recursos da gestão em investir nos mesmos. O que explica a dificuldade de contato com alguns profissionais responsáveis por inúmeros museus. Em muitos dos casos foi preciso que alguma pessoa ligada à gestão do município repassasse o contato de uma ou mais pessoas, até chegar no (a) responsável atual ou mesmo, algum antigo funcionário (a) que se recordava do acervo, pois o museu em questão não estava sob nenhuma tutela no momento.

Outros museus de caráter privado, estão em sua maioria sob administração de famílias, responsáveis e doadoras do acervo. Mas em sua maioria também fechados no presente momento, por conta da pandemia.

Em outros momentos, esses museus recebiam inúmeros (as) visitantes, que incluíam principalmente alunos (as) de escolas públicas e privadas, parceria que não pôde ocorrer de forma presencial no último ano. Como alternativa algumas instituições recorreram a digitalização destes acervos, através da disponibilização dos mesmos em sites. Permitindo assim o acesso dos visitantes à distância. Apesar disso, a ação nem sempre chega a todos (as), já que a internet não é uma ferramenta completamente acessível em todas as esferas sociais e estudantes que poderiam usufruir da exposição não o conseguem.

Outro fato passível de análise é a tipologia de acervo presente nos museus do estado e os grupos que estes representam. Muitos deles possuem um caráter bastante seletivo em seus acervos, não representando a pluralidade de grupos habitantes da cidade ou estado. O que abre espaço para pensar alternativas de inclusão de outras narrativas no acervo destas instituições.

A ação extensionista possibilitou o contato dos (as) alunos (as) com inúmeras pessoas responsáveis por instituições museológicas, gerando descobertas a respeito da situação e dificuldades das mesmas em relação à salvaguarda dos acervos, além de promover reflexões a respeito dos grupos sociais representados pelos acervos. Algo que se mostrou presente nos trabalhos finais por escrito apresentados pelos alunos no final da disciplina como forma de avaliação. Na antropologia esse diálogo possui extrema relevância, pois permite uma experiência próxima ao trabalho de campo etnográfico. Promovendo interações entre estudantes e comunidade.

4. CONCLUSÕES

A ação extensionista desenvolvida na disciplina permite a todos (as) os envolvidos (as) pensar estratégias (tanto para os projetos de extensão, quanto a partir da própria universidade), que possam contribuir para o trabalho realizado junto às instituições museológicas e sua manutenção. Seja em relação à

manutenção destes espaços, acessibilidade do acervo, políticas públicas e pesquisa.

[...] a Extensão Universitária apresenta potencialidades não apenas de sensibilizar estudantes, professores e pessoal técnico-administrativo para os problemas sociais. Enquanto atividade produtora de conhecimento, ela também melhora a capacidade técnica e teórica desses atores, tornando-os, assim, mais capazes de oferecer subsídios aos governos na elaboração das políticas públicas (FORPROEX, 2012, p. 24).

As ações promovidas através da disciplina possibilitam um novo olhar para o contexto social e para o próprio ensino como algo democrático. Paulo Freire explica que a educação democrática deve estar permanentemente aberta, não somente “à realidade contextual de seus alunos, para melhor compreendê-los, para melhor exercer a sua prática docente, mas também disposta a aprender em suas relações com o contexto concreto” (FREIRE, 1993, p. 100).

A participação no planejamento da disciplina, através do estágio docente, proporcionou uma experiência de ensino no mestrado (algo que não ocorre na graduação), e que é muito importante no processo de formação do aluno (a) e do futuro docente. Especialmente em uma disciplina que trabalha a temática da pesquisa, possibilitando benefícios amplos e trocas diversas, entre professor (a), aluno (a) e estagiário (a) docente.

O acompanhamento da disciplina contribuiu imensamente para a pesquisa no mestrado permitindo um novo olhar para inúmeras questões trabalhadas em aula, e também para a realidade dos acervos antropológicos e etnográficos que constam nas instituições do estado. Além do tipo de acervo e grupos o qual abrangem, levando em conta a temática da pesquisa, que envolve justamente as narrativas de grupos presentes no estado.

Assim, conclui-se que foi possível envolver ensino, pesquisa e extensão durante o período do estágio docente. Através das ações dialógicas desenvolvidas pela disciplina de Patrimônio Cultural.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTRPOLOGIA. Ofício nº 023/2021 ABA - Ref. Mapeamento das coleções etnográficas no Brasil. Brasília-DF, 05 de janeiro de 2021.

FÓRUM de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESU / MEC. POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – PNEU. Manaus, 2012.

FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar. 2. ed. São Paulo: Olho D'Água, 1993.

Resolução MEC/CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808. Acesso em: 4 de agosto de 2021.